



## XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

### GT-5 – Política e Economia da Informação

#### O INTELLECTUAL ORGÂNICO, A BIBLIOTECA E O BIBLIOTECÁRIO: UMA APROXIMAÇÃO GRAMSCIANA

#### *THE ORGANIC INTELLECTUAL, THE LIBRARY AND THE LIBRARIAN: A GRAMSCIAN APPROACH*

Verônica Barboza Scartassini. UFF.

Elisabete Gonçalves de Souza. UFF.

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** O presente trabalho objetiva promover uma aproximação teórica entre os estudos gramscianos, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia. Para isso, relaciona a ação bibliotecária e ação política e cultural das bibliotecas públicas e escolares da rede pública de ensino com o conceito de intelectual orgânico, do filósofo marxista Antonio Gramsci, a partir das obras “Os intelectuais e a organização da cultura” e “Concepção dialética da História”. Trata-se de uma pesquisa exploratória e teórica de base bibliográfico-documental. Compreende que a práxis bibliotecária, assim como a instituição biblioteca se apresentam como importantes elementos políticos-culturais para a promoção e transformação de questões sociais, uma vez que são espaços de formação de intelectuais. Conclui que as bibliotecas, públicas e escolares, e os bibliotecários podem ser vistos como elementos importantes na luta contra hegemônica com vistas à superação das contradições do modo capitalista de existência.

**Palavras-Chave:** Intelectual orgânico. Biblioteca relação cultural e política. Bibliotecário. Antonio Gramsci.

**Abstract:** The present work aims to promote a theoretical approach between Gramscian studies, Information Science and Librarianship. For this, it relates librarian and political and cultural action of public and school libraries in the public education network with the concept of organic intellectual, by the Marxist philosopher Antonio Gramsci, based on the works “Intellectuals and the organization of culture” and “Conception dialectic of history”. This is exploratory, theoretical research with a bibliographic-documentary basis. It understands that the librarian praxis, as the library institution, is presented as an important political-cultural element for the promotion and transformation of social issues since they are spaces for the formation of intellectuals. It concludes that libraries, public and schools, and librarians can be seen as important elements in the fight against hegemonic to overcome the contradictions of the capitalist mode of existence.

**Keywords:** Organic intellectual. Library cultural and political relationship. Librarian. Antonio Gramsci.

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como a biblioteca, o bibliotecário é fruto de seu tempo, estando envolvido com questões sociais e econômicas vigentes. Na contemporaneidade, a ampliação das ações das



bibliotecas públicas, comunitárias e escolares vem exigindo deste profissional novos atributos. Para aqueles que atuam nos espaços públicos, ressalta-se o comprometimento com a função social, política, cultural e educativa de suas bibliotecas. Uma delas, e que nos deteremos ao longo deste trabalho, é o entendimento que esse bibliotecário é um agente político cujo compromisso social com as classes populares pode retirá-lo da posição histórica de intelectual tradicional e torná-lo um intelectual orgânico, na acepção gramsciana.

Gramsci formulou o conceito de intelectual orgânico em contraposição aos intelectuais tradicionais, pessoas com capacitações técnicas, políticas e culturais a serviço das classes dominantes. Estes novos intelectuais são “politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e reescrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com a controvertida reprodução simbólica” (SEMERARO, 2006. p.1). Para o autor, o intelectual não se define pelas tarefas que executa, sejam elas manuais ou intelectuais, pois, em seu pensamento, não se separa pensar e fazer, teoria e prática.

Barreto (2002, p. 49), ao conceituar informação como “[...] um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro”, abordou a informação enquanto expressão das práticas sociais. O que significa dizer que a informação, “[...] não existe a priori, ela não existe antes da relação usuário/suporte” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 10). Ou seja, é o sentido que o usuário atribuiu as inscrições que a torna informativa. Isso nos leva a pensar no papel da escola e das bibliotecas no processo de ampliação do acesso aos bens culturais produzidos pelos homens em seu processo histórico: a escola por reunir recursos didáticos capazes de levar o sujeito ao domínio dos conteúdos disciplinares nos campos da ciência em geral; e as bibliotecas por se caracterizarem como lugares que reúnem e sistematizam a produção de conhecimento. Mas essas características – educativa, cultural e política – das bibliotecas e que deve, ou deveria se estender, aos seus profissionais fica subsumida diante dos discursos envolvendo sociedade da informação.

Não é raro encontrar na literatura em Ciência da Informação (CI) autoras e autores que pontuam que o bibliotecário é um profissional multidisciplinar, que media, organiza, disponibiliza e informa seus usuários, assim como é agente transformador, com habilidades e competências desenvolvidas para auxiliar no processo de desenvolvimento crítico,



principalmente quando situados em instituições como escolas e bibliotecas públicas (CASTRO FILHO, 2016; OKADA; ALCARÁ, 2021). Apesar dessa compreensão, existem discussões apontando que a Biblioteconomia se mantém, muitas vezes, alheia às discussões políticas, sendo considerada como apolítica e despolitizada. Tal situação acaba prejudicando o acesso e a disseminação da informação de maneira democrática às diversas camadas da população (MENESES-TELLOS, 2019; ROSA; FUJINO, 2021; VERGUEIRO, 1988).

Compreendendo essas questões, e nos propondo a contribuir para essa discussão, objetivamos, a partir deste trabalho, promover uma aproximação teórica dos estudos gramscianos com a CI e a Biblioteconomia por meio de reflexões envolvendo categorias como política, cultura, bibliotecas e bibliotecários com o conceito de “intelectual orgânico”, a partir das obras de Gramsci “Os intelectuais e a organização da cultura” e “Concepção dialética da História”, bem como de seus interlocutores como Semeraro (2006; 2011), Martins (2011), entre outros. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória, teórica e bibliográfica que contou com pesquisa na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) para levantamento bibliográfico nas áreas da Ciência da Informação e Biblioteconomia. A realização da busca foi a partir do uso dos termos “papel social”, “bibliotecário” e “Gramsci”, sem delimitação temporal e linguística formando o *corpus* da pesquisa com a recuperação de 13 artigos pertinentes à temática deste estudo.

Nesse sentido, compreendemos que esta investigação se justifica por explorar o papel do bibliotecário e da biblioteca em suas atuações políticas e culturais, bem como contribui no estreitamento teórico entre a CI, Biblioteconomia e os estudos gramscianos. Em conjunto, procura relacionar o conceito de intelectual com a práxis das bibliotecas públicas e escolares entendendo-as como potenciais aparelhos de contra-hegemonia na luta por um novo projeto societário que coloca sob crítica as contradições engendradas pelo sistema capitalista e que possibilite construir caminhos para superá-las.

O presente trabalho, portanto, se organiza a partir desta introdução, com duas seções teóricas, onde na primeira abordaremos o conceito de intelectual orgânico em Gramsci (seção 2) e na segunda seção teórica (seção 3), a partir dos textos de CI e Biblioteconomia, abordamos, de maneira assistemática, como a área pensa suas relações políticas, sociais e culturais e se encerra com considerações finais (seção 4).



---

## 2 O INTELLECTUAL EM GRAMSCI

Liguori e Voza (2017), no “Dicionário gramsciano”, lançam luz para a problemática sobre a compreensão da categoria *intelectual* em Antonio Gramsci. Segundo os autores, ela é fruto de um extenso trabalho reflexivo e crítico de Gramsci sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista e de sua relação com os próprios intelectuais. A partir disso, o autor se propõe a trabalhar essa categoria a partir da formulação de dois questionamentos: 1) seriam os intelectuais um grupo social autônomo? ou 2) todo grupo social teria seus próprios intelectuais? Nesse sentido, os autores pontuam que a definição proposta por Gramsci não nos permite estabelecer de modo imediato a relação entre o intelectual e a produção, uma vez que as funções sociais desses intelectuais se manifestam também na ordem econômica, mas não só nela. Isto é, os componentes de cultura, de ensino etc., de cada grupo social contribuem tanto ou mais para o estabelecimento de intelectuais quanto a esfera econômica. Ainda ressaltam que a relação intelectuais-produção não é imediata, mas mediada, sobretudo pela sociedade civil e pelo Estado.

Gramsci (1978), em “Concepções dialéticas da História”, apresenta que em cada sujeito existe um filósofo, mesmo inconscientemente, capaz de elaborar sua concepção de mundo a partir de sua relação material com o contexto social. Devido a própria concepção de mundo, somos e estamos vinculados a um grupo que partilha determinados pensamentos e modos de agir. A isso, Gramsci (1978, p. 13) suscita a necessidade de compreender a Filosofia em consonância com a História, uma vez que não podemos ter uma concepção do mundo “[...] criticamente coerente – sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções”.

De maneira sutil, Gramsci (1978) introduz a relação entre hegemonia e ideologia presente nas concepções de mundo, uma vez que ressalta a Filosofia como plural e que grupos específicos se articulam e acabam consolidando um determinado tipo de pensamento sobre o outro, causando submissão e subordinação intelectual. Inclusive, acrescenta a influência e a importância da política nas formulações filosóficas. Os grupos sociais se articulam também pelo compartilhamento de ideais políticos e que estes reverberam para além da esfera política.



Os intelectuais, sobretudo os orgânicos porque nascem a partir das formulações e interesses próprios de cada grupo, assumem papel importante para o desenvolvimento do contexto social, principalmente porque simbolizam a cultura e a unicidade desses grupos. No entanto, Gramsci (1978) revela que a relação entre os intelectuais não se estabelece somente no campo da cultura e da política, também se vinculam às questões econômicas e sociais. Portanto, a condição de atuação do novo intelectual deve se afastar “[...] da produção intelectual alienada às condições estruturais do meio em que se encontrava” se aproximando da “[...] concepção da organicidade e completude de um pensamento integrador a partir do *modus vivendi* dos seres dentro da superestrutura” (ABREU; SILVA, 2013, p. 4).

Como pontua Gramsci (1991), os intelectuais têm relação com a estrutura e a superestrutura social, sobretudo no contexto capitalista, marcado pela divisão em classes, acirramentos e luta pela hegemonia. Nesse contexto os intelectuais acabam assumindo uma função, ainda que dúbia no que tange sua influência para a manutenção da ordem hegemônica, dentro de suas próprias classes e/ou fração de classe. A exemplo, o autor cita os empresários que, por possuírem acesso aos mais altos postos da cultura, se apresentam como intelectuais do bloco histórico dominante. Na maioria das vezes são lideranças ou dirigentes ligados organicamente as agências que representam.

Ao mesmo tempo, Gramsci (1991) indica que os grupos sociais são resquícios de grupos anteriores e que, portanto, os intelectuais reúnem valores já preexistentes em outros grupos intelectuais. Assim, é possível perceber que a presença dos intelectuais nos grupos sociais e nas formulações de concepção de mundo expressam continuidade histórica que, apesar de sofrer mudanças, continua a originar intelectuais para seu tempo e espaço. Mas, apesar dessa correlação histórica-social, há intelectuais que se inserem de maneira autônoma na realidade social na qual pertencem e, nesse sentido, Gramsci (1991) mostra que existe um papel social complexo cercado esse sujeito, fazendo com que ele não perceba a carga ideológica a que está condicionado e, por vezes, condicionando outros sujeitos.

Essa relação pode ser entendida a partir da concepção de que existe um tipo específico de intelectual, isto é, intelectual seria aquele que utilizaria o esforço mental, o intelecto para pensar e resolver problemas do mundo. Essa concepção, presente em Gramsci (1991) e desmistificada pelo autor, persiste porque há uma resistência em compreender que todas as pessoas são intelectuais de alguma forma em sua realidade material, principalmente pela



função social que exercem. Isso se perpetua porque a lógica hegemônica atual não enxerga o sujeito que desempenha um trabalho mecânico (manual) como um sujeito reflexivo e tampouco valoriza seu trabalho.

Gramsci (2000, p. 52-53), ao falar da distinção entre intelectuais e não-intelectuais, diz: “[...] é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não intelectuais. [...] Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber do homo sapiens*”. Mas, nas sociedades de classe, é a lógica da separação que sustenta toda a ordem social. Por meio de uma educação de classe, retira-se do homem das classes subalternas a possibilidade de se desenvolver de forma integral; ao separar o saber-fazer, ao subordinar o conhecimento às necessidades da produção e reprodução da ordem dominante.

Em seus estudos sobre as formações sociais europeias e com um olhar crítico para o desenvolvimento da Itália do Sul e do Norte<sup>1</sup>, Gramsci constatou que no liberalismo, a escola, um de seus principais aparelhos de hegemonia, garante não somente a produção da força de trabalho e a reprodução da visão de mundo e da sociabilidade burguesa, como é a responsável pela formação dos intelectuais. Em Gramsci (2004, p. 19), a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. Para o teórico italiano, “[...] a complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização”. O que significa dizer que quanto mais extensa a rede escolar e quanto mais verticalizada for - em graus e níveis de ensino - “[...] tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado” (GRAMSCI, 2004, p. 19).

Essa concepção de educação vai influenciar no modo com que os espaços de lazer e cultura se organizam, criando, inclusive, uma divisão de acordo com a função social de determinados grupos. Exemplo disso é a presença e criação de escolas de formação técnica e profissional, destinada aos trabalhadores e seus filhos, enquanto que as escolas, chamadas de

---

<sup>1</sup> Em sua análise da situação histórica da Itália, Gramsci percebe a necessidade de forjar outro tipo intelectual orgânico, este vinculado às classes subalternas: os operários do Norte e os camponeses do Sul (MARTINS, 2011), na tentativa de superar a “[...] a ideologia que foi difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia” (GRAMSCI, 2004, p. 409) e, assim, ter condições de produzir, a partir da articulação dos subalternos, um novo projeto de sociedade. Diferentemente dos intelectuais orgânicos à burguesia, os intelectuais orgânicos das classes subalternas deveriam organizá-las “[...] para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético politicamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico”.



clássicas, são destinadas às classes dominantes e seus intelectuais. Segundo Gramsci, os tipos de escola (clássica e profissional) atendem diferentes aspirações de várias categorias e “[...] dão forma à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual”. Como exemplo cita o caso da Itália, onde a “[...] burguesia rural produziu funcionários estatais e profissionais liberais, enquanto que a burguesia urbana [produziu] técnicos para a indústria.” (GRAMSCI, 2004, p. 20)<sup>2</sup>.

Na composição do intelectual orgânico (individual ou coletivo) há elementos políticos e ideológicos “que não são meras aparências e mistificações” (LIGUORI; VOZA, 2017). Por isso Gramsci acentua a necessidade de estímulo aos movimentos de representação de diversos grupos sociais, uma vez que o militante, inclusive os políticos e suas agências (partidos, sindicatos, federações etc.), são também considerados intelectuais com concepções de mundo respaldadas na política e nas estruturas sociais, sendo importantes sujeitos para a manutenção ou para a transformação do bloco histórico dominante (GRAMSCI, 1991).

A busca de um intelectual orgânico às classes subalternas levou Gramsci a conceber um novo tipo de escola: a escola única, de formação em integral, sem separação entre a educação geral (clássica) e a profissional. Dentre os objetivos da escola unitária estava formar intelectuais: “indivíduos, grupos e organizações sociais que pudessem promover as condições de transformação da realidade vigente” (MARTINS, 2011, p. 140) por meio de atividades científicas, filosóficas, educativas, culturais e políticas articulando “[...] trabalho intelectual e trabalho industrial [saber científico], não apenas na escola, mas em toda a vida social” (GRAMSCI, 2004, p. 40).

Conforme Martins (2011, p. 140) é possível dizer que o intelectual orgânico das classes subalternas é o indivíduo ou a organização social (sindicato, partido político, bibliotecas etc.) que se propõe a assumir inúmeras tarefas no processo de superação da sociedade de classes, sobretudo com três perfis dialeticamente articulados expressos em ações de cunho científico-filosófico, educativo-culturais e políticas.

---

<sup>2</sup> A forma como o projeto de educação profissional liberal-burguês se propagou na Europa, cercado da aura de modelo de educação democrática é duramente criticado pelo teórico italiano, dada a ênfase pelas classes dominantes a escola de tipo profissional em detrimento da escola formativa. E acrescenta: “[...] O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda cristalizá-las em formas chinesas [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 49).



### **3 APROXIMAÇÕES GRAMSCIANAS SOBRE A BIBLIOTECA E O BIBLIOTECÁRIO**

Nesta seção apresentaremos um referencial, construído de forma assistemática, a partir de textos da Biblioteconomia e CI. Esse referencial diz respeito a atuação do bibliotecário nas bibliotecas públicas e escolares da rede pública de ensino como agente político emancipador. Entendemos que essa percepção, embora não diretamente ligada às categorias gramscianas de política e cultura, refletem como o campo tem pensado a práxis do bibliotecário para além de seus processos técnicos e construtor de possibilidades e competências nos usuários, ainda que instrumentais, como usar catálogos etc.

Diante disso, Semeraro (2006, p. 3) salienta que para Gramsci, assim como para Marx, a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem “pela inserção ativa nos embates hegemônicos”. Por isso, se detém em explicar a relação entre intelectuais, política e classe social, “[...] mostrando que a filosofia, tal como a educação, deve tornar-se ‘práxis política’ para continuar a ser filosofia e educação” (SEMERARO, 2006, p.3).

Nessa perspectiva podemos situar as bibliotecas – públicas e escolares – como lugares de formação de intelectuais, o que nos permite defini-las como mais uma trincheira na “guerra de posição” contra-hegemônica. Isso significa que essas instituições devem superar as contradições que estão na gênese de sua criação, pois em sentido estrito as bibliotecas, de modo geral, foram criadas para preservar e conservar a informação, a cultura e a memória das classes dominantes.

Pensar a biblioteca e o bibliotecário como emancipadores e políticos é um tema que perpassa a Biblioteconomia e vem se ampliando com os estudos sobre a competência crítica em informação. Sobre isso, Meneses-Tello (2019) apresenta que as publicações na área têm abordado a relação biblioteca, bibliotecário e política sobretudo no âmbito das bibliotecas públicas e escolares, e argumenta que nesses tipos de bibliotecas se espera que os profissionais compreendam o caráter político e social da sua profissão pelo fato de estarem vinculados a um órgão público e imbuídos do espírito público para além das convicções dos governos, colocando o direito à informação e ao conhecimento como algo fundamental a qualquer cidadão. Existe, para o autor, uma necessidade primária de o profissional desenvolver consciência de classe para entender o local em que trabalha, seu público e o que ele significa para toda a esfera pública.



Mas não basta estar imbuído de espírito público, sua *práxis* deve ir nessa direção. Ou seja, é necessário desenvolver, refletir e agir para atuar e transformar o bibliotecário e a biblioteca em espaços de discussões vivas. Meneses-Tello (2019) destaca que muitas das discussões envolvendo política está atrelada aos processos e procedimentos técnicos envolvendo bibliotecários e bibliotecas, muitos deles pouco democráticos, centrados no profissional e não nas demandas de informação de seus usuários. Para o autor, pensar politicamente é compreender as relações de poder, as ideologias, as relações de governo, governança e democracia. Desse modo, argumenta que o próprio currículo não comportaria essa relação uma vez que há divergência no modo de enxergar a biblioteca no próprio campo, seja ela pública ou escolar.

Em complemento ao que apresenta Meneses-Tello (2019), Ferreira e Siebra (2021) trazem o conceito de responsabilidade social para o contexto biblioteconômico. As autoras, ao realizarem o resgate conceitual do termo, possibilitam a discussão de que a biblioteca pública e o bibliotecário possuem papel importante no desenvolvimento social, político, econômico e cultural, cabendo a ele fazer a articulação entre a comunidade e a biblioteca, uma vez que é de sua reponsabilidade promover o acesso e a difusão dos registros do conhecimento sob sua guarda. As autoras, desse modo, fazem um panorama do assunto e como ele está sendo tratado no campo da informação, apontando a necessidade de que tal papel seja desenvolvido pelo bibliotecário visando melhorar seus serviços e demandas atendendo a todos.

Rosa e Fujino (2021), por sua vez, apresentam outros pontos relevantes para a discussão, como o papel do Estado para a formulação de políticas públicas, principalmente voltadas para as bibliotecas públicas. Elas também destacam a presença das bibliotecas comunitárias como espaços de acessibilidade e desenvolvimento sociocultural importantes para a sociedade. Em conjunto a isso, pontuam que os bibliotecários, inclusive os em formação, são importantes para promover acesso democrático e amplo a esses espaços, mas para isso precisam (re)conhecer a função social e política da profissão bem como das bibliotecas.

Considerando a influência estatal para o âmbito das bibliotecas e dos bibliotecários, Ferreira (2006) argumenta que o Estado, por meio de seus dirigentes, é capaz de promover ou de embotar o desenvolvimento sociocultural de uma comunidade. A exemplo, a autora se



debruça em compreender a atuação estatal principalmente nos governos de Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso e analisar como tais governos afetaram as bibliotecas públicas do Estado do Maranhão. De acordo com a autora, a Biblioteca Pública Estadual do Maranhão, assim como a rede de bibliotecas do estado, sofreu com descasos e abandonos, uma vez que não foram realizadas políticas públicas com vista ao desenvolvimento dessas instituições (FERREIRA, 2006). Tal situação reforça a perspectiva de que o acesso democrático às bibliotecas perpassa pela unicidade das classes trabalhadoras, incluindo os bibliotecários, para impedir que situações de abandono se perpetuem. No entanto, essa luta não se dá no plano individual. Ela necessita de articulação dos intelectuais orgânicos à causa da biblioteca pública e da formação de aparelhos de contra-hegemonia para avançarmos, ainda que paulatinamente, nessa guerra de posição<sup>3</sup>.

Oliveira e Souza (2020, p. 17), ao apresentarem a biblioteca escolar brasileira no que concerne à sua institucionalização por meio da Lei nº 12.244/2010, chamam atenção para sua inserção na escola pública, onde deve funcionar como “centro de recursos educativos que coparticipa do ensino-aprendizagem dos discentes, estimulando-os para a leitura e a busca da informação”. Para as autoras, por meio das ações de leitura e pesquisa, “a biblioteca escolar contribui na formação intelectual do educando, desafiando-o a buscar por si só as respostas para suas dúvidas e as resoluções de problemas, auxiliando-o a desenvolver seu potencial reflexivo, crítico e criativo” (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 21). Em Gramsci o trabalho criativo deve começar na escola, não devendo ser um monopólio da universidade. A escola criadora, assim como sua biblioteca, indica que em sua práxis “[...] há um método de investigação e de conhecimento, e não um “programa” predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente [...]”, (GRAMSCI, 1991, p. 124), cabendo ao professor e ao bibliotecário apenas guiá-lo.

As autoras entendem a importância da biblioteca escolar pública para além do ambiente educacional a aproximando da concepção de escola unitária de Gramsci e a colocando como equipamento cultural a serviço da sociedade em que o acesso à

---

<sup>3</sup> Em Gramsci a “guerra de posição” é um recurso estratégico que assume a luta das classes subalternas e de seus intelectuais em um contexto de luta de classes, em que a conquista de posições no seio da sociedade civil burguesa depende de sua capacidade de romper com a hegemonia do bloco dominante.



informação/documentos instiga a curiosidade e a busca de novos conhecimentos. Ressaltam que “[...] por mais que nos pareça uma visão idealizada da biblioteca escolar, face a seu redundante quadro de miséria, trata-se de uma possibilidade que não pode ser silenciada” (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 22) e que deve ser explorada pelo bibliotecário escolar quando vinculado a um projeto de educação que se coloca em crítica ao modelo neoliberal de sociedade, que submete a escola e suas bibliotecas à razão instrumental, às habilidades e competências (inclusive as informacionais) para a empregabilidade em detrimento da formação humana<sup>4</sup>.

Pensando nas questões de acesso e democratização das bibliotecas, Righetto, Cunha e Vitorino (2019), argumentam que é a partir da competência em informação que o bibliotecário e a biblioteca conseguirão desenvolver sua função social<sup>5</sup>. Os autores realizaram sua pesquisa levando em consideração questões de gênero, como de pessoas transsexuais e LGBTQIA+, para a realização das ações bibliotecárias e da biblioteca para incluir, democratizar, promover as competências em informação e desenvolver intelectualmente os usuários. Para tanto, citam a necessidade de ações éticas dos profissionais e o livre pensamento para não promover ações de preconceito e violência. O mesmo pensamento é corroborado por Cunha (2003) que também compreende a profissão de bibliotecário como essencialmente social, de mediação e troca, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento de outros sujeitos.

Nesse sentido, Silva e Silva (2010) apontam que a biblioteca, o bibliotecário e também a Biblioteconomia estão envoltos nas disputas e contradições que marcam a luta de classes, uma vez que a biblioteca pode se tornar um instrumento de dominação e propagação de ideologia dominante. Para os autores, o campo biblioteconômico pouco discute as funções sociais dessas instituições, privilegiando discussões que giram em torno do domínio das técnicas e tecnologias para o melhoramento dos serviços ofertados. Sem desprezar essa questão, pois aprimorar os serviços bibliotecários é também uma pauta política, chamamos a

---

<sup>4</sup> Um exemplo desse tipo de projeto é Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), em que conteúdos disciplinares de Filosofia e Sociologia foram praticamente banidos dos currículos para que disciplinas, como Empreendedorismo e Projeto de vida, fossem criadas atendendo a atual dinâmica das relações sociais e produção sob a égide neoliberal.

<sup>5</sup> Na mesma direção, Perrotti e Pieruccini (2007), a partir da compreensão de infoeducação, se lançam a trabalhar com as questões informativas, educacionais e culturais presentes nas sociedades e que exigem uma série de habilidades e competências. Nessa perspectiva, os autores compreendem que os campos da Informação e da Educação não estão distantes para pensar a contemporaneidade. Para eles, é na “[...] produção de signos e significados que a informação se encontra a educação, uma vez que a apropriação dos bens simbólicos não é ato simplesmente natural, mas culturalmente construído” (PERROTTI E PIERUCCINI, 2007, p. 53).



atenção que sua discussão não pode se dar de forma ingênua, descolada de uma visão crítica do papel das instituições nos projetos de sociedade que se colocam em disputa. Tal perspectiva nos incita a contribuir para a formação, seja de novos intelectuais, como de bibliotecários intelectuais que veem a biblioteca como um aparelho potente para a crítica e a transformação social, como nos ensina Antonio Gramsci.

De forma preliminar buscou-se nesta seção cotejar exemplos da literatura envolvendo a ação dos bibliotecários - seu saber e fazer - com algumas categorias do pensamento gramsciano, especificamente, aparelhos de hegemonia e intelectuais orgânicos. Os temas abordados mostraram a recorrente ausência do Estado em relação às bibliotecas públicas e escolares, mas também o olhar atento dos profissionais para o potencial que tal crítica suscita para avançarmos na discussão sobre a função social e política dessas instituições na sociedade brasileira e sua contribuição na luta contra-hegemônica.

No entanto, sabe-se que como outros aparelhos de hegemonia suas ações expressam relações de força entre o Estado *stricto sensu*, a sociedade política e a sociedade civil, que, em um cenário crise estrutural e institucional pode favorecer a ascensão de práticas autoritárias fragilizando o jogo democrático e silenciando demandas como as expostas nos relatos sobre as bibliotecas públicas no Maranhão.

Outra questão a ser observada é a assunção da sociedade civil no discurso do bloco histórico dominante. A ideologia liberal positivou o conceito de sociedade civil, subordinando-o aos seus intentos, conformando-o à sua direção ética e política. Bianchi (2008, p. 179), observa que nestas apropriações o conceito “[...] passou a significar um conjunto de associações situadas fora da esfera estatal, indiferenciadas e potencialmente progressistas [...] portadoras de interesses universais não contraditórios”. Essa definição, como ressalta o autor, não se coaduna com o modelo classista, característico das sociedades capitalistas, o que nos mostra a necessidade de retomar as temáticas que cortam o campo da biblioteconomia sob os vieses das teorias críticas, pois muitas vezes as bibliotecas, assim como as escolas, são tomadas pelo discurso salvacionista o que pode levar a um atraso na reflexão sobre seus papéis na sociedade.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que apresentamos ao longo deste trabalho, compreendemos que, conforme visto na seção 2, o intelectual orgânico, em Gramsci, perpassa relações de classe. Quando direcionamos esse olhar para as bibliotecas públicas e escolares e para o bibliotecário, percebemos que este profissional tem a possibilidade de contribuir para uma formação social e cultural. O acesso à informação se apresenta como um dos elementos-chave no processo de engajamento do intelectual bibliotecário com questões sociais que afligem as classes subalternas e com as quais as bibliotecas públicas e as escolares da rede pública de ensino têm que se defrontar. Notamos que alguns trabalhos abordados na seção 3 se destinam a pensar as relações políticas e sociais, bem como se propõem a refletir sobre o bem público e seu impacto no contexto social.

Nesse intuito, compreendemos que mais do que buscar informações para lazer e entretenimento, mais do que se escolarizar e tornar suas bibliotecas lugares restritos às fontes bibliográficas e outros recursos didáticos, devemos pensar as bibliotecas como espaços de questionamento, investigação e criatividade; lugares de reflexão e crítica na luta contra-hegemônica. Ainda nessa direção, entendemos que os bibliotecários, ao se assumirem como intelectuais orgânicos, têm possibilidades de atuação na luta em favor da instauração de um Estado ético-político, pois, conforme ressalta Gramsci, uma das condições para a construção de uma nova hegemonia é que o grupo, por meio de seus intelectuais, seja capaz de ser dirigente antes de conquistar o poder governamental, buscando consenso ativo dos grupos sociais com vistas à formação de um novo bloco histórico.

Desse modo, nosso trabalho advoga em favor da aproximação teórica dos estudos gramscianos com a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, articulando categorias – como cultura, política, bibliotecas e bibliotecários – que possam contribuir com o debate em relação à construção de um processo emancipatório que permita a atuação política da classe bibliotecária. Trabalhos neste âmbito, como os estudos sobre competência crítica em informação, merecem ser aprofundados buscando discussões que possam trazer a lume reflexões que fomentem um novo projeto de sociedade.

#### REFERÊNCIAS

ABREU, Jonathas Souza; SILVA, Fábio Macarenhas. Notas acerca dos intelectuais orgânicos na tarefa de organização da informação. **Anais [...]** CONGRESSO BRASILEIRO DE



BILBITOECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 25, Florianópolis, 7 a 10 de julho de 2013. São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/qlqMLX>. Acesso 22 de maio de 2022.

ALIAGA, Luciana. Gramsci e a democracia nos Cadernos do Cárcere: a crítica à teoria das elites. **Miolo Revista Crítica Marxista**. Campinas, n. 42, p. 27-46, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/zAqEPt>. Aceso em 22 de maio de 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. de A. (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 49-57.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BRASIL. Leis. Decretos etc. [**Novo Ensino Médio**] - Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://bityli.com/mfpsvX>. Acesso em: 30 maio de 2022.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. As competências, os perfis e os aspectos sociais do bibliotecário na educação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, n. 2, v. 14, p. 247-261, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/hTDEv>. Acesso em: 30 maio de 2022.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 41-46, 2003. Disponível em: <https://bityli.com/ZQZpuh>. Acesso em: 30 maio de 2022.

FERREIRA, Fernanda Bernardo; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. A responsabilidade social dos bibliotecários em bibliotecas públicas: dimensões e ações. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/ydCYwV>. Acesso em: 30 maio de 2022.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, 2006. Disponível em: <https://bityli.com/cEkcpG>. Acesso em: 30 maio de 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: 8ª ed. Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Org. e trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.2

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Org. e trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.



- MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011. Disponível em: <https://bityli.com/rluDA>. Acesso em: 30 maio de 2022.
- MENESES-TELLO, Felipe. A biblioteca pública como instituição política: a correlação entre bibliotecário público e bibliotecário político. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12 No 3, n. 3, p. 905-940, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/Eihwww>. Acesso em: 30 maio de 2022.
- OLIVEIRA, Débora; Souza, Elisabete. Biblioteca escolar e regime de informação: a Lei nº 12.244/2010. In: FREITAS, Lídia Silva et al. **Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF: abordagens e perspectivas**; São Paulo: Tikinet, 2020.
- OKADA, Tamires Cassia Rodrigues; ALCARÁ, Adriana Rosecler. O bibliotecário como educador e multiplicador da competência em informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, p. 786-807, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/ToQSbG>. Acesso em: 30 maio de 2022.
- PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda L. Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy P. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.
- RIGHETTO, Guilherme Goulart; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira; VITORINO, Elizete Vieira. O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 212-238, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/BDMYxc>. Acesso em: 30 maio de 2022.
- ROSA, Nathália Zaneratto; FUJINO, Asa. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/ffgdLE>. Acesso em: 30 maio de 2022.
- SEMERARO, Giovanni. Intelectuais 'orgânicos': atualidade e contraponto. In: REUNIÃO DA ANPEd, 29., 2006, Caxambu. **Anais[...]**. Caxambu, ANPED, 2006. Disponível em: <https://bityli.com/oTkKka>. Acesso em: 22 maio 2022.
- SEMERARO, Giovanni. A "utopia" do Estado Ético em Gramsci e nos movimentos populares. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.20, n. 44, p. 465-480, set./dez. 2011. Disponível em: <https://bityli.com/pQLnAC>. Acesso 27 maio 2022.
- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/jzKVfu>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 2, 1988. Disponível em: <https://bityli.com/aYdwHl>. Acesso em: 30 maio de 2022.